

Novo marco zero na historiografia brasileira

30.9.84

CARLOS GUILHERME MOTA
Especial para a "Folha"

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (volume 11- Economia e Cultura) direção de Boris Fausto. Difel. 666 págs. Cr\$ 23.200.



Chega ao fim a publicação da História Geral da Civilização Brasileira. Fato digno de registro, por se tratar de um projeto editorial de grande porte, bancado por Paul-Jean Monteil, um tipo raro e ilustrado de editor, o saudoso Monsieur Monteil da Livraria Francesa e da D. E. L. Representou ele um personagem que hoje escasseia em nosso mercado de livros, possuidor de uma perspectiva cultural, científica e empresarial que esteve associada a uma nova época para as ciências humanas no Brasil. De fato, suas iniciativas respondiam a um clima cultural novo, não só pela sua livraria, uma das maiores fora da França, mas sobretudo por empreendimentos de peso, entre eles as traduções da História Geral das Civilizações (dirigida por M. Crouzet), da História Geral das Ciências (dirigida por R. Tatton), das obras de Montaigne, Sartre e Simone (magistralmente traduzidas por Sérgio Millet), etc. etc. No plano da História do Brasil, avulta esta iniciativa maior, a História Geral da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, dos volumes 1 ao 7, e por Boris Fausto, do volume 8 ao 11.

O historiador zeloso

Não foi muito o que se escreveu sobre os volumes dirigidos por Sérgio Buarque, que abrigam algumas das mais notáveis análises sobre a história do Brasil no período colonial e no período imperial. Com efeito, os estudos coloniais de Alice Canabrava sobre a grande lavoura, de Florestan Fernandes sobre a organização social dos indígenas, de Lourival Gomes Machado sobre o absolutismo e o barraco, de Antonio Candido sobre o mundo das idéias no Brasil Colonial — entre outros — só encontram rebote nos capítulos primorosos de autoria do próprio diretor da obra coletiva. Os capítulos de autoria de Sérgio Buarque tornaram-se clássicos, sobretudo as visões que produziu sobre a sociedade da mineração e sobre a desagregação da "herança colonial".

Naqueles volumes produzidos nos anos 60, esse esforço coletivo redundou num passo decisivo para a "redescoberta" do Brasil. Alguns dos mecanismos da colonização e da expansão territorial ficaram indicados, oferecendo ao estudioso um panorama novo da vida colonial. É certo que o conjunto das análises revelava já um caráter algo inarticulado, de que aliás se ressentem em geral obras coletivas, que os capítulos do coordenador se esforçavam por costurar e encobrir. E certamente já surpreendia ao leitor dos anos

60/70 lacunas nessa obra grandiosa, como é o caso das teorias de Fernando A. Novais sobre o Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial, ou os estudos de Amaral Lapa sobre as conexões internacionais do Brasil-Colônia, estudos que então despontavam, mas não foram incorporados à coleção que abrigou capítulos redigidos por historiadores por vezes distanciados da problemática do período.

Mas houve a incorporação de experiências historiográficas importantes, seja na compreensão do processo de emancipação política, com a fundação de um império liberal à sombra da expansão inglesa — que o estudo pertinente de Olga Pantaleão detalha —, seja na apreciação da agitação republicana no Nordeste, com a contribuição do historiador pernambucano Amaro Quintas. No primeiro dos 5 volumes dedicados ao Brasil Monárquico faltou, apenas, uma visão sintética e articulada da Revolução e Contra-revolução da Independência, tema caro ao historiador José Honório Rodrigues, que aliás não comparece nessa obra coletiva. Entretanto, a ação das sociedades secretas e a fermentação das novas idéias ficam bem indicadas na interpretação de Célia de Barros Barreto e na do saudoso professor Cruz Costa, precursor da história do pensamento entre nós.

Nos demais volumes dedicados ao período monárquico, encontra-se talvez o mais completo conjunto de estudos já reunidos sobre o período, cobrindo no tempo e no espaço as vicissitudes da história imperial, do ponto de vista econômico, cultural, social, político e internacional. A "dispersão e unidade" do Império são examinadas por vários autores com pormenor e rigor, mas em tratamentos estanques, de tal sorte

que o leitor dificilmente se dará conta das bases do sistema cultural e político que se articulou nessa fase decisiva da História do País. Um exemplo: embora importante, o capítulo sobre "A Cultura Jurídica" surge desligado do contexto sócio-político em que dominava tal "cultura"; mais entranhada na vida social está, em contrapartida, a análise da vida literária durante o Império, desligada embora de outros capítulos sobre cultura.

Algumas lacunas

Com o tempo, é natural que críticas a eventuais defeitos dessa obra coletiva se acentuem, e que inúmeras qualidades sejam apreciadas sob ângulos novos. Impõe-se notar que a vida imperial não foi pensada em termos de um sistema político-administrativo e sócio-cultural mais ou menos coeso. Ou seja, não levaram em conta os autores a existência de uma obra de fundamental importância, Os Donos do Poder (1958), de Raymundo Faoro, que já desmontara dez anos antes, com acendrado vigor, os mecanismos de dominação do patronato político brasileiro.

Além disso, sobre esse período do século 19, em que se afirma historicamente o estamento burocrático que passará a dominar a vida do Império e da República, teria sido fundamental fixar alguns traços definidores de nosso sistema político, em suas conexões internacionais. Toda a problemática do que se denominaria "dependências" já estava posta, bem como a natureza do Estado nacional, que traz desde o início as marcas de sua ação repressiva e/ou desmobilizadora e/ou cooptadora. Estado que se aprimora cada vez que emergem movimentos sociais que retomam, ao longo do século 19, as linhas da descolonização. Assim é que se desmantelam insurreições do porte da

Praieira, da Cabanagem, da Farroupilha — a exemplo do que ocorreu com as Insurreições nordestinas de 1817 e 1824 (a Confederação do Equador, do Frei Caneca).

Pena que o conjunto de estudos não ofereça uma visão articulada disso tudo, — o que aliás era bem acompanhado pelos argutos comandantes ingleses da South American Station. Processos que deixaram fundas cicatrizes e seixos na fisionomia do Estado nacional brasileiro, e das quais Sérgio Buarque deve ter-se dado conta, pois encerrou o período monárquico com um brilhante volume, de sua autoria exclusiva, esmiuçando as características mais agudas desse "modelo" político, em que o poder pessoal definia o caráter da nossa "democracia improvisada", dando a forma e o método do reformismo, da conciliação e desse estranho "liberalismo" (haja aspas) brasileiro. Que, de resto, está aí outra vez.

Maior organicidade

A obra coletiva adquire maior organicidade ao alcançar o Brasil Republicano (volumes 8 a 11), já sob a direção de Boris Fausto. No primeiro volume, que focaliza o sistema oligárquico, a economia e as finanças nos primórdios da República, delineia-se um panorama em que a expansão cafeeira, a industrialização e a economia do açúcar ganham relevo, processos estudados à luz do contexto do capitalismo internacional. Não só uma brilhante interpretação do sistema oligárquico é efetuada (por Fernando Henrique Cardoso), como as linhas-mestras da história econômica da República Velha (1889-1930) são teorizadas por estudiosos do porte de Paul Singer e Francisco de Oliveira, não descuidando do contexto da economia internacional. A registrar a pletera excessiva de "brazilianists" que par-

ticipa do volume. No segundo volume (vol. 9), dedicado à sociedade e instituições, as chamadas classes médias, o proletariado industrial, a imigração e os movimentos messiânicos são pesquisados em relação ao Estado, sempre se considerando o peso desses segmentos sociais no conjunto da sociedade. Particularmente fecundo o estudo do saudoso Douglas Teixeira Monteiro no confronto que elaborou entre Juazeiro, Canudos e Contestado. E instigante a análise de José Murilo de Carvalho sobre as Forças Armadas, funcionando — nada de novo no front — como "poder desestabilizador". Menos coerente é o último bloco sobre "Cultura, Igreja, Ideologia e Diplomacia", onde — entre outros — encontra-se um rigoroso capítulo de síntese sobre "As Crises dos Anos Vinte e a Revolução de 1930", que dá passagem aos volumes seguintes.

Nos dois últimos volumes, que encerram a coleção, a demarcação cronológica é segura: 1930-1964. O volume 10 tratava da Sociedade e da política; o volume 11, ora publicado, da economia e da cultura. Desnecessário sugerir que são volumes destinados à mais calorosa polêmica, nestes tempos em que o pensamento crítico se esvazia nos compromissos político-culturais da "verdadeira conciliação". Reacendem-se neles várias questões, extremamente controvertidas, que vão da interpretação sobre o significado da Revolução de 1930 — enleada num complexo sistema de compromissos — ao discutível papel do Exército na política industrial; das relações de classe sob o Estado Novo à composição e atuação do PCB; da natureza do Estado e da política "populista" no Brasil (1954-1964) à questão da terra e ao comportamento político da "classe média"; e se retoma o velho tema da

rígida elite política brasileira — que aliás ainda está mandando.

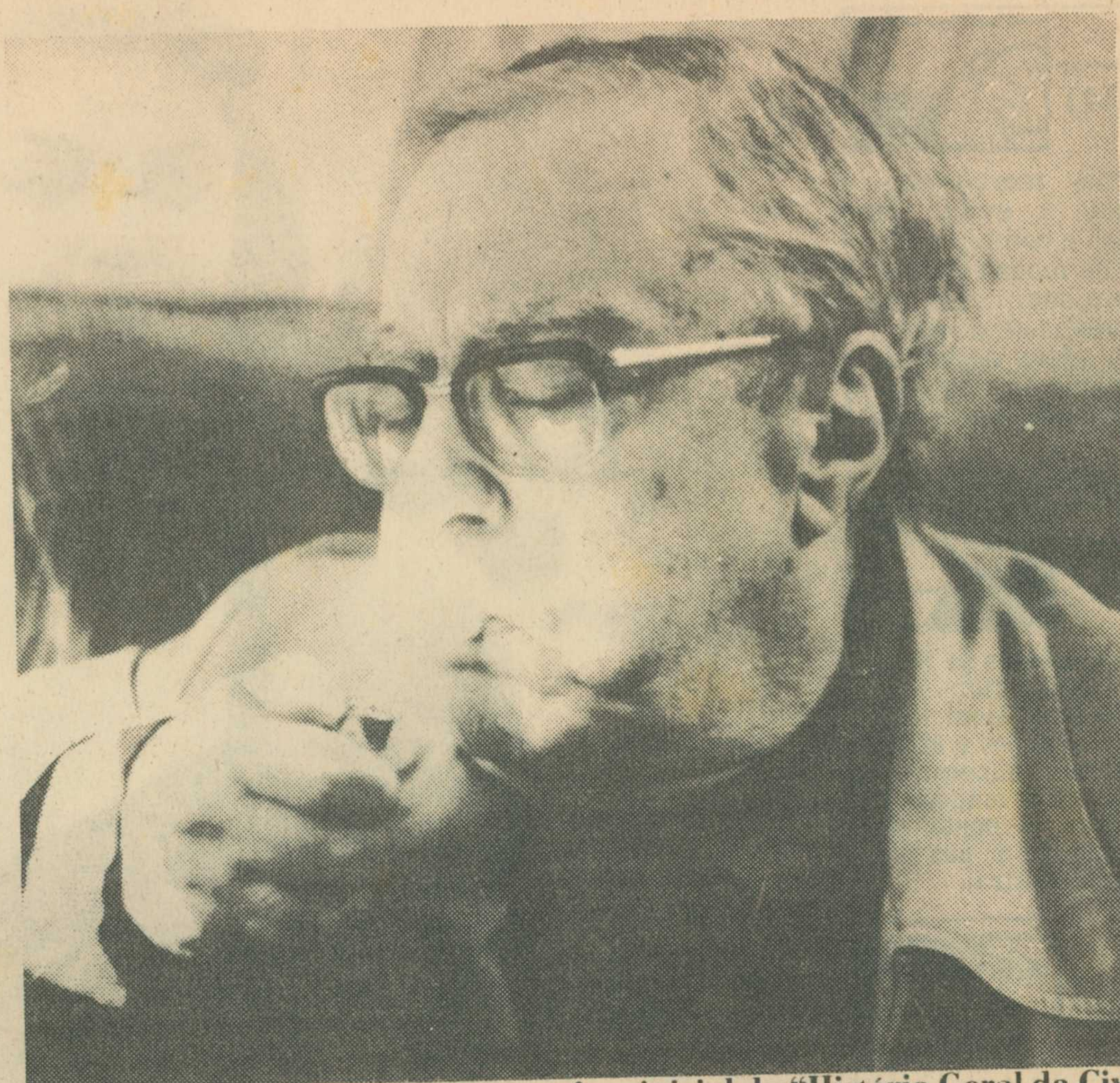
Ensaio estimulante

Particularmente estimulante é este último volume, que vem à luz num momento de pasmaceira cultural. Será curioso acompanhar as polêmicas que se travarão — "wishfull thinking"? — entre os produtores de visões "alternativas", da vanguarda dos "silenciados" e dos "desconstrutores" da história dos "vencedores", e os autores destes ponderáveis estudos. Alguns autores se rebelam contra a cronologia, alcançando os anos 70 e 80. É o caso do gaúcho Guilhermino César, que no estudo sobre a produção poética e a prosa de ficção oferece uma visão de conjunto, extremamente lúcida, em que "recupera" (termo universitário infeliz) figuras como a de Augusto Meyer. É o caso da nova história da Igreja, marcada pela Revolução de 30, pela chamada redemocratização de 1945 e abalada pelas transformações de 1945 e 1970. Caso, também, da análise econômica de Singer ("Interpretação do Brasil") que alcança as greves de 1978-80 e discute a natureza das classes sociais "modernas"; da agropecuária, que sofreu transformações radicais entre 1930-1970; e da educação, da MPB e do teatro. Neste último capítulo, o da história recente do teatro, Décio de Almeida Prado produziu ensaio de interpretação fundamental que, ao lado das interpretações de Oscar Beozzo, sobre a nova história da Igreja, do citado Paul Singer sobre a experiência desenvolvimentista brasileira, de Celso Beisigal sobre a educação e sociedade pós-30 e de Matinas Suzuki/ Gilberto Vasconcelos sobre a malandragem e a formação da MPB, constitui o início do complexo processo de articulação da memória de um passado recente e difícil.

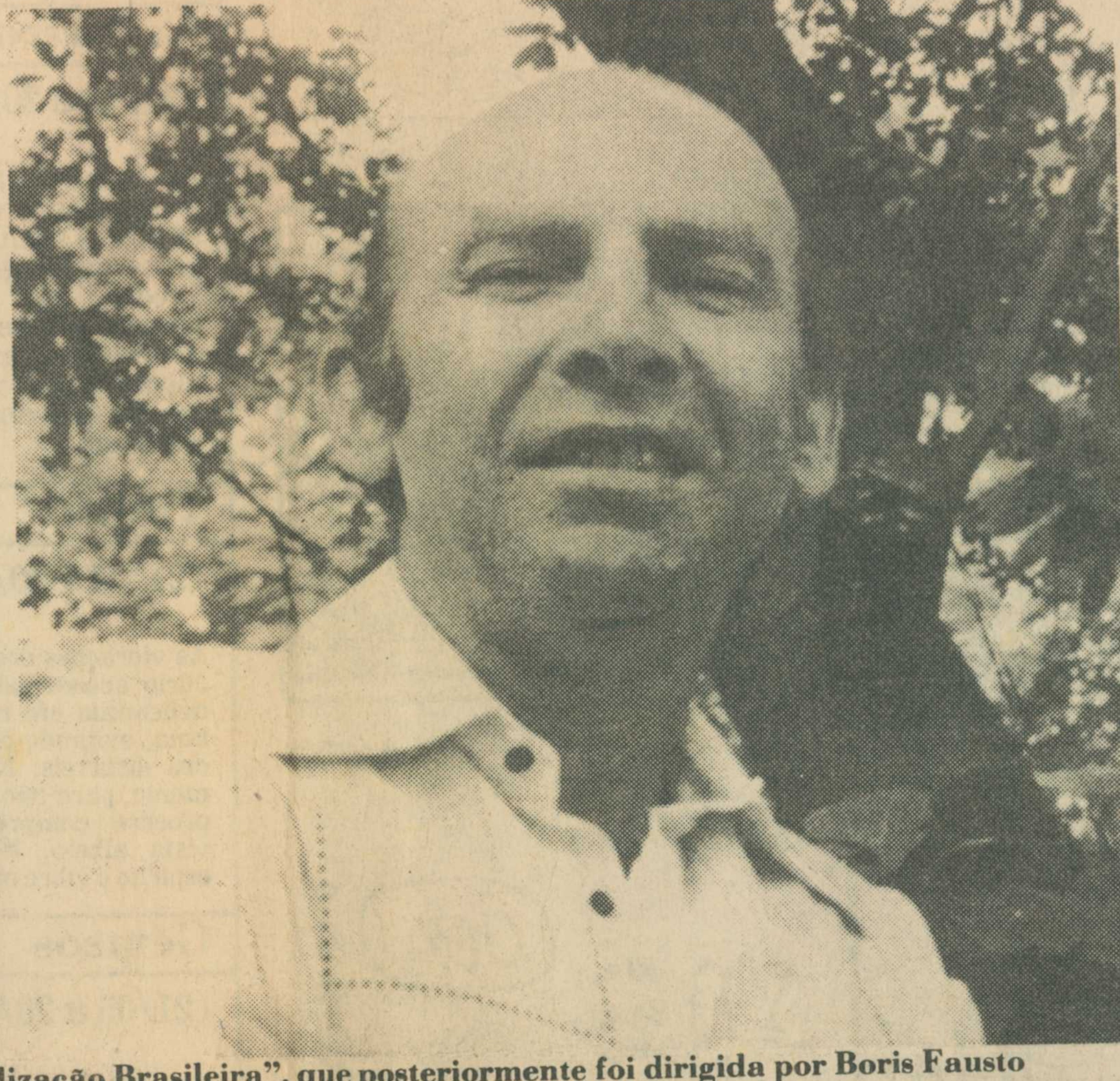
Será natural a ausência de certos capítulos, sobre artes plásticas, ou sobre a história do pensamento científico e das instituições culturais? E os meios de comunicação de massa, jornais, rádio e TV, não possuem história? A exemplo dos volumes anteriores, a história da cultura — e sobretudo a história das ideologias culturais — ainda está por se fazer. A unidade existente entre os estudos ora publicados é frágil, pois não se procurou, num trabalho preliminar, detectar os sistemas culturais, para verificar como sustentam o quadro tenebroso das primitivas relações de dominação no Brasil. Quadro cultural e econômico que a malandragem comenta, que o teatro contesta, que o cinema denuncia, que a universidade apascenta, mas que continua aí, impávido colosso.

Em qualquer hipótese, trata-se de iniciativa editorial corajosa, que che- ta a bom termo sob a coordenação sóbria de um historiador de mérito, Boris Fausto, autor de obra séria, útil e legível.

CARLOS GUILHERME MOTA é historiador, professor titular de História Contemporânea da FFLCH/USP e autor, entre outros livros, de *Idéia de Revolução no Brasil e Ideologia da Cultura Brasileira*.



Sérgio Buarque coordenou a fase inicial da "História Geral da Civilização Brasileira", que posteriormente foi dirigida por Boris Fausto



Fotos Banco de Dados